PATRIARCADO, RAÇA E CAPITALISMO: O HETEROSSEXISMO COMO PADRÃO DE DOMINAÇÃO, OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DE VIDAS LGBTI

PATRIARCHY, RACE AND CAPITALISM: HETEROSEXISM AS A PATTERN OF DOMINATION, OPPRESSION AND EXPLOITATION OF LGBTI LIVES

Guilherme Antunes Leite [1]
Alessandro de Melo [2]

Resumo: Buscou-se a partir deste artigo, refletir as relações estruturais do padrão de dominação, opressão e exploração das LGBTI, advindo da ideologia patriarcal-racista-capitalista de reprodução do capitalismo. Para isso, tomou-se como fundamento epistêmico a perspectiva decolonial e marxista, de compreensão e análise da realidade latino-americana e brasileira. Chegou-se ao entendimento de que as adversidades vividas por LGBTI se dá pelo fato desses sujeitos transgredirem a norma de dominação heterossexista que rompe com o modelo de família monogâmica burguesa hétero e branca. Assim, firma-se a necessidade de compreensão total e radical dessas relações, visando a organização e o avanço na luta contra essas condições, isso tudo, sem perder o horizonte revolucionário de emancipação de todas as pessoas, sobretudo das LGBTI.
Palavras-chave: Heterossexismo; Opressões de Gênero e Sexualidade; Patriarcado e Capitalismo.

Abstract: This article was intended to reflect the structural relations of the pattern of domination, oppression and exploitation of LGBTIs, arising from the patriarchal-racist-capitalist ideology of capitalism reproduction. For this, the epistemic foundation was taken from the decolonial and Marxist perspective of understanding and analyzing the Latin American and Brazilian reality. It was understood that the adversities experienced by LGBTIs are due to the fact that these subjects transgress the norm of heterosexist domination that breaks with the model of a hetero and white bourgeois monogamous family. Thus, the need for a total and radical understanding of these relations is established, aiming at the organization and advancement of the struggle against these conditions, all without losing the revolutionary horizon of emancipation of all people, especially LGBTIs.
Keywords: Gender and Sexuality Oppressions; Heterosexism; Patriarchy and Capitalism.

[1] Licenciado em Pedagogia (UNESPAR). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH. E-mail: profguilhermeleite@gmail.com.
[2] Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UNESP). Mestre em Educação Escolar (UNESP); Doutor em Educação (UFPR). Professor Associado do Departamento do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação – PPGE, na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH. E-mail: alessandrodemelo2006@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Diariamente acontece um extermínio brutal de lésbias, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trangêneros e intersexuais – LGBTI, bem como, ataques do governo federal contra esse grupo social, que historicamente é alvo de opressões, seja por ameaças, violência de grupos reacionários, ações estatais de negação dos serviços públicos, ou seja, na contemporaneidade pode-se dizer que: "As políticas neoliberais, em seu aspecto estrutural, estabelecem como premissa que aquele que desloca o ódio questiona a forma-de-vida, retirando a possibilidade de esses sujeitos viverem a sua emancipação política" (GARCIA; SILVA; HAILER SANCHEZ, 2020, p. 322).

Desse modo destaca-se que no âmbito da sociabilidade do capitalismo, ser LGBTI é ser ameaça para a estrutura fundante do modo de produção vigente da sociedade de classes, ou seja, é ser ameaça para a constituição e reprodução da propriedade privada por meio do padrão de dominação heterossexista de família monogâmica burguesa patriarcal-racista-capitalista.

Para este estudo, o referencial teórico-metodológico utilizado, partiu dos fundamentos do materialismo histórico da teoria social marxista, pelo prisma da perspectiva decolonial de análise e compreensão da realidade social do capitalismo. Entendemos que o método usado precisa seguir o rigor de suas categorias de análise e a contextualização histórica do tempo atual, por isso, a necessidade de empregá-lo em problemáticas dos grupos sociais que perpassam não apenas a exploração e opressão de classe pelo prisma dos condicionantes do trabalho, mas também de raça, gênero e sexualidade que em sua totalidade constituem a vida dos grupos que no capitalismo majoritariamente são apagados, subalternizados e marginalizados. Para tal, metodologicamente partimos de uma revisão bibliográfica de livros e artigos que contemplam a temática proposta, além de uma análise documental do relatório do Grupo Gay da Bahia – GGB, do ano de 2018.

As categorias utilizadas para a análise são convergentes com os estudos decoloniais e contemplam a totalidade do método empregado na pesquisa, são elas: patriarcado, raça e capitalismo como categorias gerais e, também, heterossexismo[3], dominação, exploração e opressão como categorias específicas. Todas as categorias elencadas corroboram para o desvelamento da problemática levantada neste estudo: como o padrão de dominação, opressão e exploração heterossexista patriarcal-racista-capitalista, incide sobre a vida das pessoas LGBTI?

Tem-se ciência de que o debate no campo do marxismo acerca das questões de gênero e sexualidade são controversas e carregadas de conflitos epistêmicos entre diversas pesquisadoras e pesquisadores, mas aqui, justifica-

[3] Entendemos por heterossexismo, o *modus operandi* da reprodução social hegemônica da sociedade de classes no capitalismo, sustentando toda a dinâmica social da modernidade capitalista. Assim, heterosexismo é o sustento social do patriarcado sob padrão de reprodução heteronormativa do núcleo familiar monogâmico burguês (hétero e branco) (Nota dos autores).

se que neste estudo a intencionalidade é mostrar os diálogos possíveis e a forma como o método contribui para um debate e avanço no sentido de construção da práxis necessária para a transformação social rumo a emancipação política e humana das pessoas LGBTI.

O texto se organiza em três momentos: primeiro aborda-se os fundamentos teóricos a respeito da correlação existente entre o patriarcado, raça e capitalismo. Posteriormente reflete-se e analisa o cenário brasileiro atual das pessoas LGBTI no que diz respeito à opressão vivida e documentada no relatório do GGB de 2018; por fim, discute-se sobre como o heterossexismo se manifesta nas relações sociais do patriarcado no capitalismo como um padrão de dominação e opressão sobre os sujeitos LGBTI.

PATRIARCADO, RAÇA E CAPITALISMO

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e para o seu desgosto
Está sempre em desconstrução
Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado e milionário
[...]
(Linn da Quebrada, 2017)

Como o propósito desse estudo é refletir e compreender a forma como o heterossexismo configura-se em padrão de dominação, opressão e exploração sobre a vida e corpos das pessoas LGBTI, alude-se que o trecho da poesia *Blasfêmea*[4] de Linn da Quebrada[5] , ilustra o que é viver de forma marginalizada na sociedade capitalista em que o patriarcado, somado ao heterossexismo, coloca as minorias sociais em situação de subalternidade. O fato é que a opressão legitima uma dominação que permite a existência e reprodução das estruturas sociais do capitalismo, em detrimento da vida das pessoas que aqui pretende-se dar voz e vez.

Essa reflexão inicial é o ponto de partida para o entendimento das estruturas sociais que constituem a correlação existente entre o patriarcado, a raça e o capitalismo. Isso de forma a compreender como a reprodução da sociabilidade do capital se mantêm por meio de uma estrutura de dominação que tem o homem hétero e branco como centro (MOURA; OLIVEIRA, 2016).

Sobre a estrutura de dominação patriarcal no capitalismo entende-se que desde sempre:

> A configuração do patriarcado se deu, ao longo do tempo, por considerações muito mais vinculadas à

[4] Poesia disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-50hUUG1Ppo.
[5] Linn da Quebra é uma travesti brasileira militante da causa LGBTI e do Movimento Negro. Linn também é atriz, cantora, apresentadora e escritora.

> herança da propriedade, ou seja, o patriarcado passa a ser a forma de dominação e relação social fundamental justamente quando a propriedade privada passa a ser relevante nas sociedades ocidentais. No patriarcado passam a ser conjugadas, sob o domínio masculino, duas formas de propriedade que afetam diretamente a sociabilidade e as mulheres: o controle sobre a propriedade privada e sua transmissão, e também o controle da sexualidade feminina, já que desta depende a reprodução (MAROCHI, 2017, p. 11).

Conforme a autora, o patriarcado tem seu fundamento na propriedade privada, ou seja, na família nuclear monogâmica burguesa (branca e heterossexual). Esse modelo familiar sustenta a reprodução social e manutenção das estruturas de opressão de gênero no capitalismo, em que o fim se resume à intensificação da exploração do trabalho e controle sobre o corpo e sexualidade feminina e também das pessoas LGBTI, pois essas, representam uma ameaça ao padrão hegemônico do heterossexismo.

Engels (1984) traz a compreensão de que o processo de constituição da família e da propriedade privada delineia e forja a dinâmica das estruturas de dominação sobre a subjetividade das pessoas, sobretudo, o autor coloca como o Estado se constitui a partir disso, ou seja, a base fundante da sociedade de classes no capitalismo está na propriedade privada que por sua vez é fundada em decorrência das organizações familiares de padrão heterossexista.

Ao encontro do discutido, Lessa (2012a) recupera os fundamentos de Engels (1984) e coloca no centro a constituição da família nuclear monogâmica burguesa, sendo essa a base de manutenção e reprodução do capitalismo (pai, mãe e filhos). Para o autor, somente a superação da família monogâmica como substrato do modo de produção capitalista é que possibilitará a plena emancipação de todas as pessoas.

> De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, [...]. **Na sociedade brasileira, esta última posição e ocupada por mulheres negras e pobres** (SAFFIOTI, 1987, p. 16, grifo nosso).

No caminho desta discussão do patriarcado, destaca-se também a questão da raça, assim como explicitado pela autora supracitada. A questão da raça é fundamental para compreender que a dominação patriarcal no Brasil se fez também pela classificação racial do trabalho, que na formação histórica do país foi do negro escravizado. Assim, no sentido de compreender a complexidade das relações de dominação e opressão de gênero advindas da estrutura patriarcal capitalista, complementa-se que:

> **patriarcado** não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele **é também um sistema de exploração.** Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, **a**

> **exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico** (SAFFIOTI, 1987, p. 50, grifo nosso).

Dito isso, considera-se que a opressão, dominação e exploração das pessoas LGBTI na sociedade capitalista perpassa as estruturas de dominação do patriarcado, que possui o heterossexismo como padrão de opressão de gênero e também sexual e que tem fundamento na ação opressora do homem hétero e branco.

Desse modo entende-se também que o patriarcado de estrutura social heterossexista é um constructo histórico da modernidade e do desenvolvimento do próprio capitalismo, sobretudo nos processos de colonização como no caso da América Latina, ou seja, a colonização patriarcal dizimou povos, raças e sexualidades originárias destas terras. Nesse sentido, questões como gênero, sexualidade, família etc., de padrão heterossexista, são problemas eurocêntricos forjados sob processo de imposição de uma cultura dominante dos opressores aos oprimidos, dos homens sobre as mulheres, do branco sobre o negro do hétero sobre as LGBTI.

Por isso, a necessidade pensar também a descolonização do gênero e das sexualidades ao pensar-se a superação do patriarcado e do capitalismo, sendo esse processo um movimento de práxis. Isso quer dizer que tanto o patriarcado quanto o heterossexismo não são categorias a-históricas, e por isso, podem ser superados a fim combater opressões e explorações de corpos e mentalidades que carregam marcas geracionais do eurocentrismo seja nos modos de vidas ou mesmo nos processos de construção e produção dos conhecimentos (OYĚWÙMÍ, 2004; LUGONES, 2014).

Nesse sentido o patriarcado é a base e sustento da estrutura social de reprodução do capitalismo, sobretudo diante dos processos de colonização no caso da formação da sociedade brasileira. Entretanto, considera-se que esse sustento todo está pautado na lógica da classificação social (que podemos chamar de classificação colonial da realidade social). Assim, o patriarcado juntamente com a dominação racial, sustentam o capitalismo e no centro dessa e de todas as relações estruturais temos a figura dominante e opressora de padrão patriarcal, heterossexista e branco, que possibilita e operacionaliza a produção e reprodução da dinamicidade social disso que estamos abordando.

Vale ainda salientar que o complexo da raça juntamente com o patriarcado são os fundamentos basilares da estrutura social de formação do capitalismo. Como exemplo, assumimos como horizonte epistêmico a compreensão decolonial de análise da realidade social, e entendemos que a realidade brasileira de um país latino-americano, teve sua formação constituída pela exploração da raça (escravização dos negros), do gênero (exploração das mulheres) e das sexualidades (catequização e aniquilamento das sexualidades indígenas) via imposição, polarização e padronização eurocêntrica da vida conforme o padrão heteronormativo, branco, cristão e europeu.

Nesse sentido, a classificação social da colonialidade do poder, centra-se na relação trabalho-gênero-raça:

> O primeiro envolve o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos de trabalho, que incluem recursos "naturais", e é institucionalizado como "propriedade". O segundo envolve o controle do sexo e seus produtos (prazer e descendência), dependendo da propriedade. A "raça" foi incorporada ao capitalismo eurocentrado com base nos dois eixos. E ele o controle de autoridade é organizado para garantir relações de poder assim configuradas. Nessa perspectiva, as "classes sociais" resultantes são heterogêneas, descontínuas, conflitivas e estão também articuladas por modo heterogêneo, descontínuo e conflitivo[6] (QUIJANO, 2007, p. 115).

Conforme o exposto, a colonialidade do poder classifica-se em relação ao trabalho-gênero-raça, ou seja, é a incorporação da raça na análise decolonial, que implica numa melhor compreensão da totalidade dos sujeitos sociais que habitam terras colonizadas como o Brasil. Nesse ínterim, as reflexões na perspectiva decolonial não podem perder de vista a superação e libertação das amarras coloniais que dizimaram povos originários, e que após séculos continuam oprimindo negras e negros, mulheres, indígenas e também LGBTI. Desse modo, a classificação desta colonialidade implica em: classificação social do mundo capitalista; articulação política e neocultural; distribuição mundial do trabalho; relações de gênero; relações culturais e intersubjetivas; dominação/exploração; a colonialidade e a corporeidade (QUIJANO, 2007).

No sentido e tentativa de mostrar as bases constituintes da estrutura social correlatas ao patriarcado, raça e capitalismo, exige-nos um compromisso com a análise real da materialidade social, compreendendo o contexto que nos inserimos. Desta forma, discutir as problemáticas acerca das pessoas LGBTI é também discutir os padrões de dominação e exploração desigual dos seres humanos, pelos próprios seres humanos. É não perder de vista o horizonte revolucionário e sempre lembrar de que o sustento fundamental dessas estruturas está na manutenção e defesa da propriedade privada que, por sua vez, preserva o núcleo constituinte da família monogâmica burguesa, sobretudo por meio da herança, ou mesmo, na dominação sexual dos corpos.

Por isso, precisamos descolonizar o conceito de gênero e compreender a realidade tal qual ela é, por meio, das vozes e dilemas daquelas e aqueles que são visibilizados e silenciados diante da opressão, por outras palavras, que estão em situação subalterna ao padrão hegemônico burguês heterossexista. Com isso, entende-se que:

> **Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis.** É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada

[6] "*El primero implica el control de la fuerza de trabajo, de los recursos y productos del trabajo, lo que incluye los recursos "naturales", y se institucionaliza como "propiedad". El segundo implica el control del sexo y sus productos (placer y descendencia), en función de la propiedad. La "raza" fue incorporada en el capitalismo eurocentrado en función de ambos ejes. Y el control de la autoridad se organiza para garantizar las relaciones de poder así confi guradas. En esa perspectiva, las "clases sociales" resultantes son heterogéneas, discontinuas, confl ictivas, y están articuladas también de modo heterogéneo, discontinuo y confl ictivo"* (QUIJANO, 2007, p. 115).

> visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir-resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas "pela situação". Deve incluir "aprender" sobre povos (LUGONES, 2014, p. 940, grifo nosso).

Se descolonizar o gênero é uma práxis, e se assumimos essa práxis como revolucionária, o objetivo e luta em prol da construção de um outro mundo possível, precisa ser o de desvelar a realidade social e assim, transformá-la, tal como já orientava Marx em sua tese onze em crítica a Feuerbach, ou seja, "Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo" (MARX; ENGELS, 2007).

Para tanto, isso exige a compreensão de que a estrutura social do patriarcado, raça e do capitalismo são históricas e que por meio do movimento dialético da realidade concreta e suas contradições, o controle dos corpos e mentes são condicionados à adaptação e reprodução da sociabilidade do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, fica estabelecido que a correlação entre patriarcado, raça e capitalismo está nas bases e estruturas da formação histórica da sociedade via processo de produção e reprodução do social, que na modernidade do capitalismo tem a centralidade nos processos de produção material da vida, ou seja, do trabalho abstrato. Assim, essa correlação é dialética e não acontece de forma hierárquica, mas concomitante, sendo o alicerce da totalidade social modo de produção que complexifica-se no devir da história.

Com isso, no tocante às reflexões tecidas, desvelar a realidade significa romper com a compreensão superficial e deslocada das problemáticas de opressão, dominação e exploração de sujeitas LGBTI. Sobretudo, precisa-se também aprender com as LGBTI para que assim se consiga avançar verdadeiramente para a emancipação de todas as pessoas em seu sentido político e humano. Desta forma, se descolonizar o gênero é uma práxis, descolonizar a sexualidade também é o caminho para ações que visem confrontar o padrão de dominação e opressão heterossexista. Diante disso passamos a compreender o capitalismo e a masculinidade opressiva diante do contexto social em que vivem as LGBTI brasileiras.

CAPITALISMO E MASCULINIDADE OPRESSIVA: LGBTI NO BRASIL

No movimento de compreensão das correlações existentes entre o patriarcado, a raça e o capitalismo, percebe-se que as vidas das pessoas LGBTI passam a ser oprimidas e dominadas pela lógica heterossexista de opressão, que em síntese regula e reproduz a manutenção do padrão de família monogâmica burguesa.

Afirma-se que, historicamente, houve e ainda há um controle sobre o corpo e a sexualidade femininas, como

forma de sustentar e manter o controle patriarcal do capitalismo, eximindo as mulheres de exercerem a autonomia sobre seus corpos, sobretudo sobre suas sexualidades, delegando-as a função social de mãe e esposa (MOURA; OLIVEIRA, 2016).

Nesse mesmo sentido, sob os princípios do mesmo padrão de dominação das mulheres, a ideologia patriarcal-racista-capitalista, naturaliza as relações de dominação e exploração, também das pessoas LGBTI.

> O patriarcado, enquanto sistema de dominação das mulheres, explicita o vetor dessa dominação, nesse caso, do homem que submete à mulher aos seus desígnios e vontades. A noção ampliada dessa submissão, no entanto precisa ser problematizada, no sentido de compreender que os **sujeitos LGBT também sofrem os rebatimentos do patriarcado** (MOURA; OLIVEIRA, 2016, p. 241, grifo nosso).

Para tal, entende-se que as LGBTI também sofrem os rebatimentos do patriarcado, por dois motivos fundamentais: 1) o rompimento com o padrão de masculinidade heterossexual que fere a base do patriarcado, uma vez que o gay afeminado, por exemplo, quebra com a estrutura de dominação opressora, ou ainda, a mulher lésbica não corrobora com o padrão de reprodução social designado historicamente para a exploração de corpos femininos, seja com os cuidados domésticos de trabalho não pago e/ou a maternidade; 2) ser LGBTI dificulta a reprodução social do padrão de dominação patriarcal e desconstrói o modelo de família nuclear monogâmica que sustenta o capitalismo.

Diante do exposto, tanto o rompimento com o padrão de heterossexual normativo (masculinidade opressiva), quanto o afronte com o padrão de dominação patriarcal com a desconstrução e rompimento do modelo nuclear de família monogâmica burguesa, são fatores que levam a opressão, dominação, exploração e morte de pessoas LGBTI.

Conforme aponta o GGB (2018) das 420 vítimas de LGBTIfobia correspondentes ao ano de 2018 em todo o Brasil 45,5% foram homens gays; 39% travestis e transexuais; 12,4% lésbicas; 1,9% bissexuais e 1,2% héteros que foram confundidos com LGBTI. Conforme a leitura realizada, entende-se que esses números expressam a brutalidade do padrão de dominação e opressão heterossexista em sua face mais brutal. Ainda com base nos mesmos dados, ao analisar as causas das mortes, vemos que: "[...] 29,5% foram por arma de fogo; 23,8% por suicídio; 23,6% arma branca; 5,2% asfixia; 3,6% espancamento; 2,4% pauladas; 1,4% apedrejamento; 1,2% carbonizado e 9,3% outros [...]" (GGB, 2018, p. 11).

Notoriamente não podemos afirmar e nem temos subsídios necessários para analisar a motivação dos crimes que compõe os números apresentados, mas conforme literatura consultada e de acordo com o que estamos nos propondo a discutir nesta pesquisa, os crimes de ódio contra pessoas LGBTI são na maioria das vezes ocasionados em decorrência da não adequação ao padrão heterossexista de

reprodução social do capitalismo pelo controle do gênero e das sexualidades.

Desse modo, os números apresentados chocam e ao mesmo tempo nos levam à reflexão de que a LGBTfobia é resposta do padrão hegemônico heterossexista à não superação do binarismo patriarcal da sociabilidade capitalista, composta pelo homem cis gênero, hétero, branco e cristão. Por isso, a análise à luz epistêmica da decolonialidade da realidade social permite que se evidencie que o capitalismo tem a masculinidade opressiva como sustento e defesa do núcleo familiar monogâmico, que é, por sua vez, o sustentáculo da propriedade privada. Historicamente é o padrão de opressão heterossexista que determina as regras, os modos e condutas a partir de uma ideologia patriarcal-racista-capitalista às custas da dominação, exploração e dizimação de corpos e vidas de mulheres e pessoas LGBTI.

Garcia, Silva e Hailer Sanchez (2020) lembram que é importante pensar que dada a histórica colonização da América Latina, sobretudo do Brasil, as estruturas do patriarcado, o binarismo de gênero e raça e os determinantes econômicos de expansão do capital, fizeram com que no devir do desenvolvimento histórico fosse forjado um modo de controle da vida pela reprodução social heterossexista, e, assim, o que não se enquadra nesse modelo é destituído, aniquilado e/ou mesmo passível de extermínio motivado por um ódio de razão eurocolonizadora.

Nesse sentido, "[...] a América vivenciou uma dupla movimentação: a colonização que dizimou povos inteiros e a imposição de uma organização social pautada pela reprodução e o homem como o centro do poder" (HAILER, 2019, s/p). Assim, a presença da uma cultura ideológica do padrão heterossexista se fundamenta na classificação patriarcal-racista-capitalista. Sobre isso, no estudo feito pela pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), entende-se como a sexualidade e a raça são tratadas nessa estrutura de dominação e opressão heterossexual que estamos discutindo ao longo do texto. A autora retrata a figura do homossexual afeminado e negro (bicha preta), e por meio de entrevistas com esses sujeitos, relata:

> Ao ser nomeada como bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que supostamente eu viria a desempenhar. **Ser bicha era um problema para quem estava próximo. Ser bicha e preta era um problema ainda maior** (OLIVEIRA, 2018, p. 171, grifo nosso).

Percebe-se a partir do relato trazido pela autora que a existência do gay afeminado e negro, a "bicha preta" como se identifica o entrevistado, desempenha um duplo afronte e desconstrução do padrão da família monogâmica burguesa, que tem a figura do homem hétero branco como centro. Ou seja, a bicha preta transgrede o padrão de dominação da masculinidade opressora e, por conseguinte, do capitalismo.

Sobre isso, a autora também traz a seguinte fala: "Mas não é qualquer homossexual. **Não é qualquer homossexualidade que está na mira dos/as**

normatizadores/as de plantão. É aquela associada aos trejeitos, ao afeminamento, à bichisse, às masculinidades ditas periféricas" (OLIVEIRA, 2018, p. 178, grifo nosso). É a transgressão e desconstrução do padrão heterossexista que afeta as estruturas sociais e não a adaptação. Dizemos adaptação por entender que o homossexual branco, classe média, que luta pelo direito ao casamento monogâmico patriarcal e constitui uma família a partir dos fundamentos da propriedade privada, apenas se adapta à lógica patriarcal-racista do capitalismo. Por isso, corpos negros e afeminados incomodam, pois são esses que rompem com as estruturas coloniais de dominação, opressão e exploração.

Dito isso, a reflexão vai ao encontro de que não se pode sair de um patriarcado rumo à construção de um *homo*patriarcado[7], que carrega um *homo*nacionalismo[8] corrompido por luta de direitos no campo e limite da democracia liberal burguesa. Que preza uma performance forjada no ideário de opressores que usam da representatividade como submissão à lógica de reprodução e acumulação do para o capitalismo, numa eterna repreodução social dos condicionantes gerais da exploração e opressão. Portanto a necessidade de sempre reafirmar que na cultura *homo*patriarcal capitalista, a conquista por direitos sexuais torna-se moeda de troca para esconder e romantizar as reais formas de opressão e exploração, sejam elas econômicas ou raciais (IRINEU, 2014).

Desse modo o capitalismo exige uma masculinidade que corrobore com a perpetuação das estruturas de reprodução social do modo de produção. Por isso pessoas LGBTI representam ameaça para os determinantes gerais da reprodução social do capitalismo, pois esses não se adequam aos valores e modos de vida necessário à perpetuação e manutenção da propriedade privado via núcleo familiar burguês de padrão heterossexista. Assim, a lógica societária será sempre ou adaptar os sujeitos LGBTI aos determinantes sociais do patriarcal-racista-capitalista, ou no caso da não adaptação, a dizimação dessas vidas.

HETEROSSEXISMO E SUJEITAS LGBTI: DOMINAÇÃO, OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Conforme as reflexões realizadas, o entendimento a respeito do padrão heterossexista de dominação, opressão e exploração, reflete a reprodução ideológica do que ser homem hétero, que não pode ser associado ao ser mulher, ao feminino.

> É válido enfatizar que a discriminação perpetrada contra os homossexuais e as pessoas trans precisa ser compreendida no interior das relações materiais de

[7] Refere-se como as LGBTI podem reproduzirem e adaptarem-se as estruturas sociais de exploração e reprodução do patriarcado. Exemplo: a luta LGBTI pelo direito a adoção e ao casamento civil, ou seja, a luta para legitimar a estrutura patriarcal em um núcleo familiar com fundamento na propriedade privada.

[8] Estrutura social do homopatriarcado que carrega os condicionantes de dominação, exploração e opressão de uma colonização forjada por um padrão externo, favorável a um tipo de ideologia de cânon liberal que pleiteia o controle dos direitos LGBTI. Exemplo: interesse liberal e neoliberal nas pautas LGBTI (PUAR, 2015).

> existência, pois **a homossexualidade entra em conflito com a família, que é o que sustenta e serve de base para o sistema capitalista de reprodução** [...]. Assim, a noção de reprodução humana para constituição da força de trabalho é um dos eixos explicativos da negação da diversidade sexual e de gênero nessa sociedade assentada na dominação e exploração (MOURA; OLIVEIRA, 2016, p. 242-423, Grifo nosso).

Notemos que o controle da sexualidade esbarra na defesa da família, que no decorrer da exposição deste estudo evidenciou ser a família de núcleo burguês que é monogâmica, branca, hétero e cristã. Esse controle e essa defesa são feitos por homens, que impõem sobre mulheres e LGBT Io padrão de dominação patriarcal-racista-capitalista, que é o padrão heterossexista.

O controle e imposição da sexualidade sempre foi imposição e opressão dos que historicamente determinam as forças hegemônicas do capitalismo. Assim, o padrão heterossexista sempre impôs (e continuará) a norma da família monogâmica burguesa para as pessoas LGBTI. Dito isso, não se deve perder de vista o horizonte da organização e luta contra o padrão heterossexista. A luta LGBTI precisa ser autêntica, para além, das estruturas patriarcal-racista-capitalista, ou seja, o "[…] homonacionalismo precisa ser barrado, ou vamos apenas lavar de rosa o sangue dos que morreram nesse sistema" (IRINEU, 2014, p. 175).

Desta forma, a configuração da dominação heterossexual sobre as LGBTI,

> No conjunto das dominações aqui mencionadas, aparece a heteronormatividade ou heterossexualidade normativa. Surge, dessa forma, o questionamento sobre a maneira com que alguns comportamentos, práticas ou modos de vida, reivindicados por gays e lésbicas, se tornam normativos e terminam reproduzindo padrões sociais acriticamente associados ao cânone burguês e à branquitude (REA; AMANCIO, 2018, p. 8).

Conforme exposto, a dominação patriarcal-racista-capitalista permanece. Ou seja, há uma supremacia de um heterossexismo que reproduz na vida das LGBTI as estruturas de dominação burguesa, ou seja, é o padrão de dominação, opressão e exploração que sustenta a base do capitalismo, sob ideologia patriarcal-racista. Por isso, somente o que transgrede essas *hetero*normas, entendidas como padrão, é que do ponto de vista do capitalismo é ameaçador e prejudicial.

A discussão encerra-se na compreensão de que o heterossexismo é a partir do patriarcado, do racismo e capitalismo a estrutura social que marginaliza, descarta, oprime, violenta, explora e mata LGBTI em todo o país. A grande ameaça do ponto de vista da hegemonia heterossexista é a possibilidade de confronte com a dinâmica da reprodução social e rupturas que coloquem a propriedade privada em risco. É por isso que o movimento de adaptação das LGBTI nas normas sociais do modo de produção tem sido alvo de interesse dos grupos capitalistas, afinal, a pauta LGBTI agrada e muito a direita e esquerda. Com isso, a discussão encerra na assertiva de que a necessidade urgente

é encontrar a unidade de práxis ente o pretendido, o dito e o feito com a vida e corpos de pessoas LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da temática proposta para esse trabalho é um desafio. Primeiro por ser algo complexo, e depois por ser um campo dominado por perspectivas que não tem como centro da discussão a superação da sociedade de classes, e principalmente a superação da propriedade privada e do modelo hegemônico de família, própria do capitalismo.

A partir de nossas reflexões e análises compreendemos que sob o horizonte epistêmico da decolonialidade de leitura da realidade, a correlação patriarcal-racista-capitalista sustenta o padrão heterossexista de dominação, opressão e exploração das pessoas LGBTI. Chega-se a esse entendimento de que ser LGBTI, implica em transgredir e romper com os principais fundamentos da sociabilidade capitalista, que são: propriedade privada e a família monogâmica burguesa hétero e branca, sendo esses a base de sustento da produção e reprodução social do trabalho pelo controle do gênero e sexualidades.

Sobre a família, aludimos que essa reproduz o padrão de dominação heterossexista e mantém a propriedade privada, e a correlação dessas estruturas implicam na opressão dos que não se enquadram nesse padrão. Ou seja, o gay afeminado e negro, a travesti, a mulher lésbica etc., não se encaixam no padrão do heterossexismo, e é nesse contexto que temos o fenômeno de violências e dizimação dessas pessoas – um exemplo: LGBTIfobia.

Nesse sentido, entende-se que o heterosexismo é o padrão de dominação, opressão e exploração sobre os sujeitos LGBTI, sobretudo aos que rompem radicalmente as estruturas do patriarcado-racista-capitalista. Por isso, o cuidado com a apropriação das pautas de lutas desse grupo é necessário, uma vez, que não basta defender os direitos para as LGBTI, é necessário romper com a lógica patriarcal heteroxessista de dominação, e não adentrar o campo de consolidação de um homonacionalismo, caso contrário o avanço se dará para o capital, e a lógica de reprodução e exploração se perpetuará.

Por fim, considera-se que a dominação, opressão e exploração das pessoas LGBTI na sociedade capitalista tem seu fundamento na manutenção e defesa da família monogâmica burguesa que é hétero, e tem como tarefa a manutenção da propriedade privada, pelo prisma patriarcal-racista-capitalista, por isso, fica entendido que a plena emancipação das LGBTI só será possível, pela organização contra hegemônica, que vislumbre um outro mundo, em que o horizonte da organização social da vida não se paute nem se classifique pelo binarismo de gênero e sexualidade. Se descolonizar o gênero é uma práxis, descolonizar a opressão e construir um outro mundo possível também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. *A origem da família da propriedade privada e do Estado.* Trad. Leandro Konder. 9ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fabio Mariano da; HAILER SANCHEZ, Marcelo. *Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil*. Serviço Social & Sociedade. São Paulo. N. 138, p. 321-341. Mai-ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200321 . Acesso em: 17 de dez. de 2020.

GGB - GRUPO GAY DA BAHIA. *Relatório LGBT 2018 – População LGBT morta no Brasil*. Salvador: GGB, 2018.

HAILER, Marcelo. *Masculinidade e capitalismo.* Revista Fórum (on-line), 2019. Disponível em: https://revistaforum.com.br/colunistas/marcelohailer/masculinidade-e-capitalismo/. Acesso em 29 de nov. de 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. *Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil.* Revista Em Pauta. N. 34, v. 12, p. 155-178. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15088. Acesso em 20 de nov. de 2019.

LESSA, Sérgio. *A atualidade da família monogâmica*. Revista Crítica Marxista. N. 35, 2012b. Disponível em:https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo279Artigo%202.pdf . Acesso em: 20 de nov. de 2019.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!* 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos feministas, Florianópolis. V. 22 (3), 320, set-dez, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755.Acesso em: 30 de nov. de 2019.

MAROCHI, Ana Claudia. *A escolarização e tempo na vida das trabalhadoras/estudantes do CEEBJA de Irati – PR.* Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. 206p.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Iago Henrique Fernandes de Sousa; OLIVEIRA, Thaisa Vanessa Costa. *"Um inimigo em comum": o patriarcado como categoria explicativa da opressão às mulheres e aos sujeitos LGBT.* Revista Includere, Mossoró, v. 2, n 2, p. 240-243, 2016. Disponível em:https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/6031. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Trejeotos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. Periódicus.* N. 9, v. I, maio-out. 2018. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25762 .Acesso em: 20 de nov. de 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conteitos feministas e o desafio das epistemologias*

africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PUAR, Jabir K. *Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas*. Revista Lusófona de Estudos Culturais**.** Vol. 3, n. 1, 2015, p. 297-318. Disponível em: https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1788.Acesso em: 17 de dez. de 2020.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epstémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombres Editores, 2007. p. 93-126.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colours e trânsitos para o Sul.* Cadernos Pagu, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000200507&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder de macho.* São Paulo: Moderna, 1987.